

9 – História do Movimento Cooperativista

Apresentação

Este projeto tem muita urgência... Depois de mais de um século e meio de existência, nenhuma entidade do mundo tem dados confiáveis sobre o Sistema Cooperativista e nem terá nos próximos cem anos se não houver um projeto com esta finalidade.

Os dados do Cooperativismo Brasileiro e mundial poderiam ser obtidos e atualizados anualmente até o dia 31 de março, de forma muito barata, eficiente e eficaz pelo Projeto “COLEÇÃO – História do Cooperativismo”.

Este projeto, criado em 1987 na gestão do Sr. Roberto Rodrigues como Presidente da OCB, teve a adesão de quinze Estados (RS, SC, PR, SP, MG, MS, GO, DF, MT, AC, PE, RN, CE, PI e MA), que já elaboraram a sua cartilha. Houve o interesse dos demais em participar, tendo como referência a da ACI, da ACI Américas e da OCB, que estavam prontas, mas não se deu continuidade.

Ele está paralisado desde 1997, mas pode ser retomado a qualquer momento, com alta probabilidade de outros países participarem, pois todos estão diante do desafio de resgatar e registrar a história do Cooperativismo com o depoimento das pessoas que a realizaram, antes elas levarem parte desta história definitivamente para a sepultura.

A Organização das Nações Unidas – ONU definiu 2012 o “Ano Internacional das Cooperativas”. Isso atraiu a atenção da sociedade mundial sobre o Sistema Cooperativista, com mais de um século e meio de história, que precisa ser resgatada e registrada pelo próprio Sistema Cooperativista. Convém que a coordenação do projeto seja assumida pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI, que representa este sistema em âmbito mundial.

Assim, o quadro social e as pessoas interessadas em se associar a uma cooperativa, terão uma visão global do Cooperativismo em âmbito mundial, nacional, estadual e local.

A proposta é dar continuidade a esta coleção com oito cartilhas, sendo uma sobre o Cooperativismo de cada âmbito, elaborada e atualizada pela entidade responsável, ou seja:

1. ACI, sobre o Cooperativismo no Mundo.
2. ACI Américas, nas Américas.
3. OCB, no Brasil.
4. OCE, no Estado.
5. Confederação, em cada confederação de Cooperativas.
6. Federação, em cada federação de Cooperativas.
7. Central, em cada central de Cooperativas.
8. Cooperativa, no âmbito da cooperativa singular, com esta síntese das cartilhas anteriores, para que o associado tenha conhecimento do sistema como um todo.

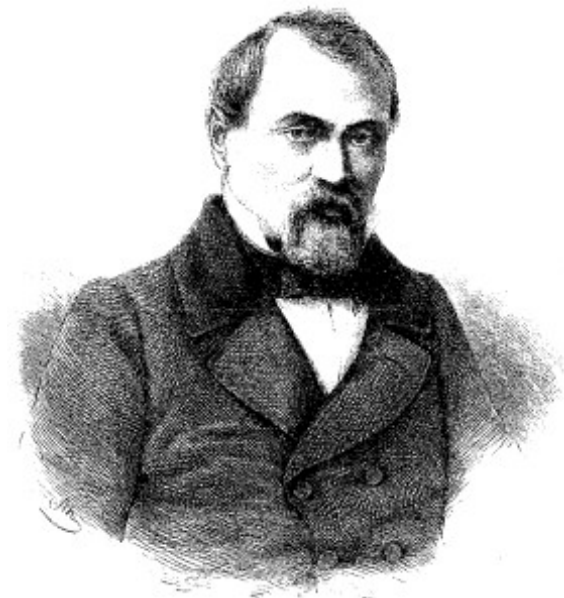
Em cada cartilha constará o histórico da entidade, a sua estrutura administrativa, o portfólio dos serviços prestados, os dados do Cooperativismo no respectivo âmbito, seu planejamento estratégico, se tiver, e outros assuntos de interesse da respectiva base.

O texto foi elaborado durante décadas com a participação de diversas entidades, abordando o Cooperativismo desde os primórdios até os dias atuais, mas é longo demais para constar neste sítio. Por isso se fez uma síntese dele, sugerindo que os interessados acessem o texto completo em cada entidade.

1.O Cooperativismo no Mundo

Várias pessoas, com base na primeira cooperativa do mundo, que surgiu no ano de 1844, em Rochdale (Inglaterra), criaram novos modelos de cooperativas. Entre essas pessoas, citam-se as seguintes:

Hermann Schulze-Delitzsch (1808-1883)



Hermann, da Alemanha, filho do Prefeito de Delitsch, foi o fundador do Cooperativismo Alemão. Sempre preocupado com a justiça social, discutia com a comunidade alternativas para os problemas sociais.

Em 1850, diante da falta de recursos de sapateiros para aquisição de insumos, resolveu constituir uma cooperativa de crédito com capital emprestado por amigos ricos, mas não funcionou por falta de comprometimento dos associados.

Resolveu então constituir cooperativas com pessoas ainda mais pobres, sem distinção de profissão, mas realmente comprometidas com o negócio, mediante o lema: “Um por todos e todos por um”.

Dizia ele: “Por meio da associação, a sociedade moderna organiza sua iniciativa para exercer eficaz ação em todas as esferas da vida, nas quais o Estado, com todo o seu poder, não consegue chegar. A associação nos ensina a governar, por nós mesmos, a vida privada e a vida pública.” Assim surgiram os bancos populares na Alemanha e em outros países, sob inspiração de Schulze-Delitzsch.

Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888)



Raiffeisen, da Alemanha, era o filho mais velho de uma família de nove irmãos e teve uma vida muito difícil, pois assumiu a responsabilidade pelos irmãos diante do falecimento prematuro do pai.

Distinguia-se pelo humanismo, pela espiritualidade e pela extraordinária dedicação a pessoas mais pobres, sendo admirado por católicos e protestantes. Foi com esse espírito que criou uma organização beneficente para cuidar de crianças abandonadas, pessoas desempregadas, ex-presidiários, pedindo apoio dos ricos para a solução de todos esses problemas. Mas chegou à conclusão de que não podia confiar na filantropia.

Muito religioso, baseou-se na caridade cristã para cuidar dos agricultores, que não tinham recursos para viabilizar suas atividades. Como solução organizou as primeiras cooperativas de crédito agrícola, servindo depois de referência para o Cooperativismo de Crédito Rural de diversos países, inclusive do Brasil.

Wilhelm Haas (1839-1913)



Haas, da Alemanha, começou sua atividade no sistema cooperativista em 1872 com a criação de uma cooperativa camponesa de consumo, pois providenciava todos os insumos de que os agricultores necessitavam. Esse modelo, um misto do sistema Delitsch e Raiffeisen, se difundiu muito na Alemanha, porque atendia às necessidades dos agricultores.

Ele fundou diversas cooperativas e estimulou a criação da União de Cooperativas do tipo Raiffeisen, sem preocupação com a ética cristã, mas com os resultados econômicos para o quadro social das cooperativas. Dizia que a cooperativa deve ser uma organização de pessoas solidárias na sua atividade econômica.

Luigi Luzzatti (1841-1927)



Luzzatti, da Itália, político, orador e professor universitário, pertencia a uma família israelita de Veneza. Em 1864 e 1865 fundou em Lodi e Milão (Itália), os primeiros bancos populares de crédito.

Em 1909, o Bando do Povo de Milão era uma das maiores instituições financeiras da Itália, com vinte e cinco mil associados.

Ele se inspirou em Schulze-Delitsch para fundar cooperativas de crédito populares, abertas a todas as pessoas interessadas. Em 1863 publicou o livro: “A Difusão do Crédito e o Banco Popular”, no qual expôs as suas idéias.

Esse tipo de cooperativas se expandiu no Brasil mas, diante de irregularidades, a partir de 1964, pelo Decreto-Lei nº 4.595, o Banco Central praticamente aniquilou essas cooperativas restando, em 2011, treze das aproximadamente 2.000 então existentes. Agora estão ressurgindo como cooperativas de livre adesão.

Charles Gide (1847-1932)



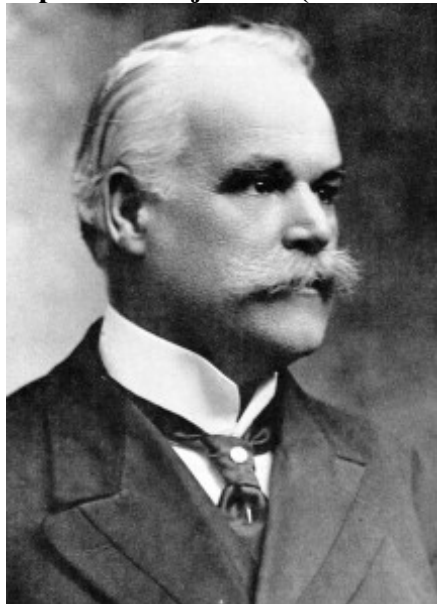
Gide, da França, economista e historiador do pensamento econômico, foi o maior entusiasta e divulgador do Sistema Cooperativista. Lecionou na universidade de Bordeaux, de Montpellier e de Paris.

Ele era socialista cristão, líder da política progressista na França e incentivador da criação de universidades populares. Em 1900 criou a Escola de Altos Estudos Sociais.

Defendeu a organização dos consumidores em cooperativas, afirmando que o consumidor era nada e deveria ser tudo, porque toda a economia visa atender aos consumidores de produtos e de serviços.

Ele é o fundador da Escola de Nimes, na França, um centro de estudos e de irradiação da Doutrina Cooperativista em âmbito mundial.

Alphonse Desjardins (1854-1920)



Desjardins, do Canadá, era jornalista e administrador em Quebec. Ele criou seu próprio meio de imprensa e pressionou as autoridades federais para obter uma legislação favorável às cooperativas de crédito.

Ele criou um sistema de cooperativas de crédito que é uma síntese dos sistemas Delitzsch, Raiffeisen e Luzzatti, somada à experiência de cooperativas norte-americanas, baseadas nas encíclicas dos Papas Leão XIII e Pio X.

O objetivo principal de Desjardins era educar o associado para o hábito da economia sistemática, através de depósitos regulares, beneficiando-o com juros baixos nos empréstimos, além de educá-lo para a autogestão plena, mediante gestão democrática dos empreendimentos cooperativos de agricultores, operários e artesãos.

Em 1901, constituiu a primeira cooperativa de crédito em Levis, no Quebec (Canadá). Assim começou o processo do Cooperativismo de Crédito Mútuo Desjardins, caracterizado pela cooperação entre pessoas da mesma comunidade ou de grupos identificados pela mesma categoria profissional. Esse modelo foi implantado em todos os continentes, inclusive do Brasil.

Leone Wollemborg (1859-1932)



Wollemborg, da Itália, foi um economista e político, que implantou cooperativas agrícolas do tipo Raiffeisen em seu país, mas sem o aspecto ético-cristão. Também implantou um banco cooperativo na Itália. A intenção do banco era ajudar lojistas, pequenos proprietários e trabalhadores rurais a saírem da miséria pela concessão de empréstimos a juros baixos e com prazos longos.

Para ter uma visão sintética dos seis modelos apresentados, convém olhar o quadro abaixo, elaborado pela Dra. Diva Benevides Pinho, da USP.

Características	Delitzsch	Raiffeisen	Haas	Luzzatti	Desjardins	Leone
Classe social	Urbana	Rural	Rural	Diversas	Diversas	Rural
Auxílio Estatal	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Retorno de sobra	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
Responsabilidade	Ilimitada	Ilimitada	Limitada	Limitada	Limitada	Ilimitada
Área de Ação	Ampla	Restrita	Restrita	Restrita	Restrita	Restrita
Inspiração cristã		x				
Insp. econômica	x		x	x	x	x

José María Arizmendiarieta Madariaga (1915-1976)



José Maria, da Espanha, era um padre comprometido com a melhoria de vida do povo de Mondragón, Região Basca no Norte da Espanha, onde chegou em 1941. Lá havia muita grande pobreza e muito desemprego.

Em 1943, criou a Escola Politécnica de Mondragón, um centro educacional administrado democraticamente, aberto aos jovens da região, onde ele ensinava o Cooperativismo como estratégia para o desenvolvimento.

Em 1956, cinco jovens desta escola criaram a primeira cooperativa de produção de aquecedores à gasolina e de fogões – ULGOR, hoje denominada Fagor eletrodomésticos.

O Pe. José Maria tinha um espírito prático e notou que as cooperativas trabalhavam para os Bancos privados. Propôs ao quadro social criar seu próprio Banco, mas houve enorme resistência, pois os associados se sentiam incapazes para este desafio.

Em 1959, mediante extraordinário empenho e capacidade de convencimento deste padre, fundou-se a Caja Laboral Popular de Crédito Cooperativo, que financiou toda a estrutura do atual complexo cooperativo de Mondragón.

Muito deste progresso se deve também ao Centro Ikerlan de Pesquisas Tecnológicas, criado pelas cooperativas, sob orientação do Padre José Maria.

Na década de oitenta, diante da globalização e da criação do Mercado Comum Europeu, criou-se a Mondragón Corporação Cooperativa (MCC). As cooperativas, que antes eram agrupadas de acordo com a região e a sua localização geográfica, foram reestruturadas em setores de acordo com as suas atividades de produção.

Na década de noventa, impulsionada pela MCC, criou-se a Universidade de Mondragón para satisfazer as necessidades das cooperativas. Neste período, o volume de negócios do grupo aumentou espetacularmente, principalmente devido ao esforço concentrado na internacionalização.

Na primeira década deste milênio, o MCC tinha mais de sessenta empresas na Europa e em outros continentes, inclusive na América Latina.

Em 2011, Mondragón reunia cerca de 140 cooperativas e mais de 60.000 associados, somente na Espanha. O embasamento principal, entretanto, continua sendo a integração, a educação do empreendimento cooperativo e a conjugação da vocação empresarial, identificadas com o desenvolvimento dos associados e da comunidade.

Em outros termos, os empreendimentos cooperativos de Mondragón continuam comprometidos com a criação de ampla riqueza social, mediante a satisfação do cliente, geração de ocupação e renda, desenvolvimento tecnológico e empresarial, fomento da educação e respeito ao ecossistema.

1.1 Surgimento da ACI

A primeira tentativa de internacionalizar o Sistema Cooperativista foi de Robert Owen, em 1835, mediante uma entidade por ele criada, denominada “Associação de todas as Classes de todas as Nações”, tendo como objetivo a constituição de uma cooperativa central, com sucursais em todo o mundo. O projeto não teve êxito, mas a semente tinha sido lançada.

Os pioneiros, ao constituírem a primeira cooperativa em Rochdale, já sonhavam com uma organização mundial do Sistema Cooperativista, com o objetivo de divulgar a sua Doutrina em todos os países, tendo os consumidores como protagonistas.

Somente no Congresso Internacional de Cooperativas, realizado em Manchester (Inglaterra), no ano de 1895, foi fundada a Aliança Cooperativa Internacional – ACI, hoje com sede em Bruxelas (Bélgica), mantida com a contribuição dos seus membros, para cumprir os seguintes objetivos:

1. Informação, pesquisa e divulgação dos princípios, métodos e realizações na área do Cooperativismo.
2. Promoção do Cooperativismo, principalmente pela difusão da educação cooperativista.
3. Estreitamento das relações solidárias entre seus membros.
4. Estímulo a vínculos econômicos entre as entidades filiadas.
5. Representação do movimento cooperativo mundial.
6. Defesa dos interesses e aspirações comuns.

1.2 Funções, Público e Eventos da ACI

Funções:

- a) Representar o Cooperativismo Mundial;
- b) Definir a Doutrina, os Princípios e os Valores do Cooperativismo, mediante congressos mundiais;
- c) Incentivar o desenvolvimento do Cooperativismo no mundo

Público representado: 265 entidades de 96 países, com, aproximadamente, 750 mil cooperativas e um bilhão de associados no início deste milênio.

Eventos e programas:

- a) Assembleias Gerais e, periodicamente, o Congresso Mundial do Cooperativismo;
- b) Dia Internacional do Cooperativismo;
- c) ICA Expo – Exposição Mundial de Produtos e Serviços do Cooperativismo

Fonte: Assessoria Internacional da OCB, em 31 de março de 2012, com os dados então disponíveis.

Estes dados precisam ser atualizados anualmente pela ACI.

1.3 Dados da ACI em 2012

País	Habitantes	Associados	Porcentagem
Alemanha	81.800.000	20.450.000	25,00
Argentina	40.800.000	9.300.000	22,79
Austrália	22.000.000	4.500.000	20,458 b)
Áustria	8.500.000	4.866.148	57,20
Bangladesh	152.900.000	11.000.000	7,19
Bélgica	11.100.000	2.670.000	13,54
Bielorrússia	9.577.552	1.300.000	13,57
Botswana	1.639.833	82.000	5,00
Brasil	194.300.000	10.000.000	5,14
Bulgária	7.093.635	179.309	2,52
Canadá	35.000.000	18.100.000	51,71
Chile	17.400.000	1.255.000	7,21
China	1.350.000.000	180.000.000	13,33
Colômbia	47.400.000	4.821.763	10,17
Coréia do Sul	48.900.000	2.000.000	4,08 d)
Croácia	4.483.000	23.051	0,51
Dinamarca	5.600.000	1.840.803	32,90
Eslováquia	5.477.038	570.000	10,40
Eslovênia	2.000.000	16.903	0,85
Espanha	46.200.000	6.930.000	15,00
Estados Unidos	314.000.000	78.500.000	25,00 a)
Estônia	1.282.963	410.000	31,98
Etiópia	87.000.000	4.668.564	5,36
Finlândia	5.400.000	3.164.226	58,59

França	63.600.000	32.400.000	50,94
Grécia	10.800.000	942.991	8,70
Holanda	16.700.000	3.249.000	19,50
Honduras	8.400.000	2.772.000	33,33
Hungria	9.976.062	547.000	5,48
Índia	1.259.759.000	239.000.000	18,97
Indonésia	241.000.000	66.275.000	27,50
Inglaterra	63.200.000	11.500.000	18,19
Iran	78.900.000	25.500.000	32,32
Irlanda	4.700.000	2.998.600	63,82 c)
Itália	60.900.000	13.000.000	21,40
Japão	127.600.000	75.800.000	59,40
Kenya	43.000.000	8.600.000	20,00
Lituânia	3.535.547	221.858	6,28
Malásia	29.000.000	6.780.000	23,37
Moldávia	4.314.377	340.000	7,88
Noruega	5.000.000	1.500.000	30,00
Nova Zelândia	4.400.000	1.760.000	40,00
Paraguai	6.700.000	871.000	13,00
Polônia	38.200.000	8.000.000	20,90
Romênia	21.400.000	809.170	3,80
Ruanda	10.800.000	310.218	2,87
Rússia	143.200.000	4.407.930	3,10
Sérvia	7.100.000	176.069	2,49
Singapura	5.300.000	2.650.000	50,00
Suécia	9.500.000	4.069.852	42,80
Suíça	7.288.010	3.426.151	47,00
Swazilândia	1.200.000	42.900	3,58
Tailândia	69.900.000	3.500.000	5,00
Tanzânia	47.700.000	1.600.000	3,35
Turquia	74.900.000	2.621.000	3,49

Ucrânia	45.600.000	507.800	1,10
Uganda	35.600.000	2.550.000	7,16
Uruguai	3.400.000	680.000	20,00
Venezuela	29.700.000	1.000.000	3,36
Zâmbia	13.700.000	199.694	1,45

Dados pesquisados pelo Doutor Pe. José Odelso Schneider, da Unisinos (RS), e nas seguintes:

Fontes: Population Reference Bureau – 2012 World Population Data Sheet – 50 Years e ACI: www.2012.coop/en/ica/co-operative-facts-figures; Coop.Africa Working paper No. 07.Cooperatives in Europe key statistics; World co-operative monitor 2012-cooperatives in Europe key statistics 2010.

Os números gerais do Cooperativismo Mundial, disponíveis até este momento, são: as 300 maiores cooperativas tiveram um faturamento de US\$ 1,5 trilhões, gerado por um bilhão de associados, com 100 milhões de empregados.

À medida que cada país resgatar a sua história e atualizar anualmente os seus dados é possível fornecer informações mais exatas.

NB: Sugere-se a atualização deste quadro, pela ACI, no dia 31 de março de cada ano.

Observação: A partir daqui cada Continente vai elaborar o seu texto específico. Segue abaixo o texto do Continente Americano.

1. O Cooperativismo nas Américas

2.1 Surgimento da ACI Américas

A Aliança Cooperativa das Américas – ACI Américas, foi precedida pela Organização das Cooperativas das Américas – OCA, fundada em Montevideu (Uruguay), no ano de 1963, cujas funções foram assumidas pela ACI, em 1994, com a extinção da OCA.

Por muitos anos o movimento cooperativo das Américas esteve isolado, com poucas entidades filiadas à Aliança Cooperativa Internacional – ACI, com exceção dos Estados Unidos e do Canadá.

Em 1955 houve um Seminário de Cooperativismo no Panamá, quando foi aprovada a proposta de criar um organismo de integração das cooperativas do Caribe.

Essa proposta vingou e no mês de novembro de 1956, em Kingston (Jamaica), foi criada a Confederação de Cooperativas do Caribe – CCC, com sede em São João (Porto Rico).

Mediante contatos com outros países das Américas, foi possível organizar a Primeira Conferência Cooperativa Interamericana em Bogotá (Colômbia), no mês de novembro de 1961, com a participação da grande maioria dos países do continente.

O Escritório Regional da ACI Américas está em San José (Costa Rica). Seu objetivo principal é promover o Cooperativismo no contexto econômico, político e social, apoiando as organizações membros da ACI-Américas na difusão e defesa da identidade cooperativa, na promoção dos negócios e no desenvolvimento de recursos humanos.

2.2 Dados da ACI Américas em 2012

Países da ACI Américas	Entidades filiadas	Cooperativas	Associados	Empregados	% do PIB nacional
Argentina[1]	5	17.941	9.100.000		
Bolívia	4				
Brasil	3	6.652	9.016.527	298.182	5,4 %
Canadá	2				
Chile	1				
Colômbia[2]	10	8.533	5.131.780		
Costa Rica	2				
República Dominicana	1				
Equador	1				
El Salvador	1				
Haiti	1				
Honduras	2				
México	6				
Panamá	2				
Paraguai	5				
Peru	3				
Porto Rico	7				
Estados Unidos[3]	8	30.000	350.000.000*	856.000	
Uruguai	3				
18	67	24.593	18.116.527	1.154.182	

Fonte: Assessoria Internacional da OCB, em 31 de março de 2012, com os dados então disponíveis. Estes dados precisam ser atualizados anualmente pela ACI Américas.

* Em alguns países, como nos Estados Unidos, o número de associados é maior do que a população, porque vários associados participam em mais de uma cooperativa. Por isso foi excluído do quadro acima. Enquanto os demais países não enviarem seus dados, haverá lacunas.

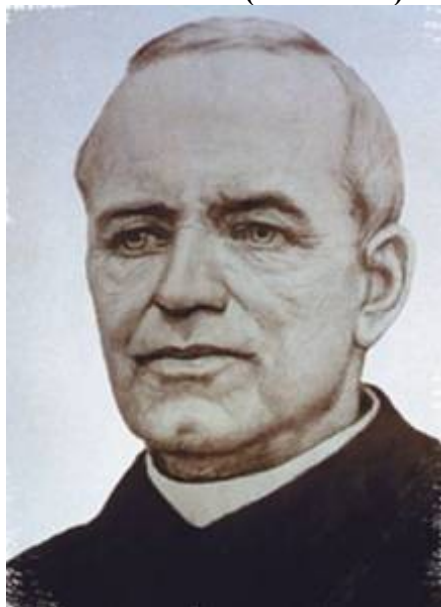
NB: Sugere-se a atualização deste quadro, pela ACI Américas, no dia 31 de março de cada ano.

Observação: A partir daqui cada país vai elaborar o seu texto específico. Segue abaixo o texto do Cooperativismo no Brasil.

1. O Cooperativismo no Brasil

Em cada país houve pessoas que iniciaram o movimento cooperativista. No Brasil podemos citar, entre outras, as seguintes:

Theodor Amstad (1851-1938)



Amstad, da Suíça, era um Padre Jesuíta que chegou, de navio, a Porto Alegre (RS) no dia 18/09/1885, depois de cinco semanas viajando por Liverpool (Inglaterra), Lisboa (Portugal) e Guanabara (Rio de Janeiro). De Porto Alegre foi para São Sebastião do Caí (RS), onde assumiu como padre vigário.

Diante do contexto extremamente difícil em que se encontravam os agricultores, percebeu que não adiantava apenas pregar o Evangelho. Era necessário organizá-los para evitar a exploração que sofriam do comércio local.

Criou, no ano de 1900, a “Associação Interconfessional de Agricultores”, com a presença de, aproximadamente, 5.000 agricultores do Rio Grande do Sul, de origem italiana e alemã, de vários municípios, no Município de Feliz (RS), independentemente da igreja que frequentavam. Esse fato

é extraordinário, pois os imigrantes haviam trazido da Europa o conflito que reinava entre católicos e protestantes.

Do Pe. Amstad é a seguinte frase: “Se uma grande pedra se atravessar no caminho e vinte pessoas quiserem passar, não conseguirão se, uma a uma, procurar removê-la individualmente. Mas, se vinte pessoas se unirem e fizerem força ao mesmo tempo, sob a orientação de uma delas, conseguirão, solidariamente, afastar a pedra e abrir caminho para todos”.

No dia 28/12/1902 fundou a Sociedade Cooperativa Caixa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis, do tipo Raiffeisen, hoje Sicredi Pioneira, que é a primeira cooperativa de crédito da América Latina e a cooperativa mais antiga em funcionamento no Brasil.

Depois fundou sessenta e duas cooperativas de crédito, das quais oito ainda estão em funcionamento no Rio Grande do Sul e uma em Santa Catarina, no município de Itapiranga, a mais antiga em funcionamento nesse Estado. Do Rio Grande do Sul, o Cooperativismo de Crédito Rural se estendeu a vários outros Estados do Brasil.

A dedicação do Pe. Amstad era tanta, que foi chamado de Pai dos Colonos. Ele viajou 129.000 quilômetros, de dia e de noite, durante décadas, no lombo da sua mula “Diana”, para visitar os colonos de vários municípios, levando-lhes o conforto espiritual e incentivando-os a se organizarem em cooperativas.

3.1 Números do Cooperativismo Brasileiro de 1940 a 1960

ANO	1940		1950		1960
	Cooperativas	Associados	Cooperativas	Associados	Cooperativas
Agropecuário	530	7.348	1.191	145.142	1.739
Consumo	281	17.348	1.470	299.889	2.420
Crédito	239	34.895	320	126.659	494
TOTAL:	1.050	59.591	2.981	571.690	4.653

Fonte: Pinho, Diva Benevides – Manual de Cooperativismo – Vol. IV – Tipologia Cooperativista – CNPq – Outubro/91

OBSERVAÇÃO: Não há dados sobre os demais Ramos do Cooperativismo Brasileiro, nem sobre o número de empregados dessa época, em que ainda não existia o Sistema OCB.

3.2 Surgimento da OCB

O Cooperativismo Brasileiro era representado por duas entidades: a União Nacional das Associações de Cooperativas – Unasco, desde 1956, com sede no Rio de Janeiro, e a Aliança Brasileira de Cooperativas – Abcoop, desde 1960, com sede em São Paulo.

Na época do regime militar, estas duas entidades de representação nacional divergiam entre si, impedindo que as cooperativas tivessem suas necessidades atendidas pelo Governo Federal.

Mesmo assim, o Governo tinha interesse que o movimento se consolidasse. A grande força cooperativa na época estava no setor rural e o Governo via neste setor o apoio necessário para realizar sua política econômica para a agricultura.

Esta foi a percepção do então Ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, que em 1967 solicitou ao Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, Antônio José Rodrigues Filho, já uma expressiva liderança cooperativista, que promovesse a união de todo o movimento cooperativista.

No dia 26/01/67, no Rio de Janeiro (RJ), foi assinado um protocolo de intenções pelos Presidentes da Abcoop e da Unasco, visando à criação de uma entidade de cúpula, de âmbito nacional, para a representação e a defesa do Cooperativismo Brasileiro, substituindo estas duas entidades que foram extintas.

No dia 02/12/69, por ocasião da sessão solene de abertura do IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo – IV CBC, realizado em Belo Horizonte (MG), no Teatro Francisco Nunes, houve a comunicação de que as assembleias gerais da Abcoop e da Unasco haviam ratificado o protocolo para a criação da nova entidade de representação do Cooperativismo Brasileiro, denominada: Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

3.4 Dados do Cooperativismo Brasileiro, por Ramo, em 2014

Ramos	Coops.	%	Associados	%	Empregados
Agropecuário	1.592	23,38	1.015.966	8,77	164.320
Consumo	121	1,78	2.992.370	25,83	13.820
Crédito	1.040	15,27	5.725.580	49,43	39.396
Educacional	301	4,42	61.659	0,53	4.286
Especial	6	0,09	247	0,00	7
Habitacional	220	3,23	120.980	1,04	1.038
Infraestrutura	130	1,91	934.892	8,07	6.496
Mineral	85	1,25	87.190	0,75	187
Produção	252	3,70	11.600	0,10	3.387
Saúde	852	12,51	264.597	2,28	92.139
Trabalho	981	14,41	226.848	1,96	1.929
Transporte	1.205	17,69	140.151	1,21	11.862
Turismo e Lazer	25	0,37	1.696	0,01	18

TOTAIS:	6.810	100	11.583.776	100	338.885
----------------	--------------	------------	-------------------	------------	----------------

Fonte: Unidades Estaduais e OCB Nacional . **Elaboração:** Sistema CNCoop/OCB/Sescoop em 31/03/2014

3.5 Dados do Cooperativismo Brasileiro, por Estado, em 2014

UFs	Coops.	%	Associados	%	Empregados
AC	121	1,78	11.404	0,10	763
AL	107	1,57	17.806	0,15	4.965
AM	131	1,92	15.523	0,13	2.287
AP	138	2,03	5889	0,05	506
BA	746	10,95	228.613	1,94	3.537
CE	128	1,88	64.528	0,55	5.672
DF	169	2,48	166.484	1,41	2.358
ES	147	2,16	218.371	1,85	7.434
GO	232	3,41	131.894	1,12	9.719
MA	130	1,91	10.920	0,09	352
MG	760	11,16	1.232.931	10,45	36.743
MS	100	1,47	136.685	1,16	5.600
MT	168	2,47	320.076	2,71	7.839
PA	331	4,86	112.198	0,95	4.338
PB	138	2,03	40.736	0,35	3.464
PE	230	3,38	123.669	1,05	7.082
PI	60	0,88	6.087	0,05	448
PR	230	3,38	605.653	5,13	60.614
RJ	525	7,71	243.390	2,06	9.021
RN	137	2,01	55.904	0,47	2.361
RO	118	1,73	41.282	0,35	1.571
RR	67	0,98	4.160	0,04	392
RS	485	7,12	2.531.648	21,45	52.554
SC	254	3,73	1.623.223	13,76	49.149
SE	57	0,84	12.258	0,10	629
SP	1.062	15,59	3.825.956	32,42	58.310
TO	39	0,57	13.478	0,11	1.177

TOTAIS:	6.810	100	11.800.766	100	338.885
----------------	--------------	------------	-------------------	------------	----------------

Fonte: UF do Sistema CNCoop/OCB/Sescoop/abril de 2014

3.6 Surgimento do Sescoop

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop, com sede em Brasília (DF) e representação na Capital de cada Estado e no Distrito Federal, foi criado em 03/09/98 pela Medida Provisória nº 1715, reivindicação antiga do Sistema OCB e promessa assumida pelo Governo Federal no XI CBC, realizado em novembro de 1997.

Foi regulamentado pelo Decreto nº 3.017, de 06/04/99, que também aprovou o seu Regimento. Atualmente está regulado pela Medida Provisória nº. 2.168-40, de 24/08/2001. Em 23/11/07, por meio da Lei nº 11.524, as cooperativas de crédito passaram a contribuir para o Sescoop.

O Sescoop é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, conceituada como Serviço Social Autônomo, integrante do chamado Sistema “S”, e tem como objetivos o planejamento e a execução de ações em suas três áreas de atuação nas seguintes áreas: 1. Formação profissional. 2. Promoção social. 3. Monitoramento e desenvolvimento das cooperativas brasileiras.

Ele integra o Sistema Cooperativista Nacional e executa suas ações a partir de decisões provenientes de um Conselho Nacional, órgão este de caráter tripartite, composto por representantes da OCB, dos trabalhadores e do Governo.

Cabe à unidade nacional, fundamentalmente, a fixação de políticas e diretrizes gerais, bem como a coordenação geral das atividades a serem implementadas em todo o território nacional.

O Sescoop é presidido pelo Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (nato) e tem, como órgãos de direção, de execução e de fiscalização: 1. Conselhos Administrativos – Nacional e Estaduais. 2. Conselhos Fiscais -Nacional e Estaduais. 5. Diretorias Executivas – Nacional e Estaduais.

3.8 Surgimento da CNCoop

A Confederação Nacional das Cooperativas – CNCoop, entidade de representação sindical das cooperativas, com abrangência nacional, foi fundada na assembleia geral, realizada no dia 21/7/2005.

A Confederação foi constituída por três federações interestaduais: 1. Federação dos Sindicatos e Organizações das Cooperativas dos Estados da Região Nordeste – Fecoop/NE. 2. Federação dos Sindicatos das Cooperativas dos Estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Santa Catarina – Fecoop/Sulene. 3. Federação dos Sindicatos das Cooperativas do Distrito Federal e dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins – Fecoop Centro – Oeste e Tocantins.

Ela é uma entidade sindical patronal de 3º grau, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, legítima representante da categoria econômica das cooperativas em todos os seus ramos de atividades, na base territorial nacional.

Seu órgão máximo de deliberação é o Conselho de Representantes, composto pelo Presidente da CNCoop, que simultaneamente é Presidente da OCB e do SESCOOP, e pelos representantes de cada uma de suas federações filiadas, também presidentes da respectiva OCB/SESCOOP-UF.

Incumbe à Confederação defender e representar os interesses gerais da categoria e de seus filiados no âmbito administrativo, extra-judicial e judicial, colaborar com o poder público em suas diversas esferas, como órgão técnico e representativo, e aplicar as contribuições que lhe são devidas.

A concessão do registro sindical da CNCoop, pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, deu-se em novembro de 2010. No dia 16/11/10 foi publicada, na Seção I do Diário Oficial da União, a concessão do registro sindical da CNCoop. O reconhecimento da categoria econômica das cooperativas, com área de abrangência e base territorial nacional, veio fortalecer e consolidar o Sistema Confederativo de Representação Sindical das Cooperativas.

3.9 Dados da CNCoop em 2014

No.	ENTIDADES SINDICAIS DO SISTEMA	Fundação
01	Sindicato das Empresas Cooperativas de Eletrificação e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul – RS – SINDICOOPER	11/11/1991
02	SINCOAGRO – Sindicato das Cooperativas Agropecuárias do Estado de São Paulo	06/04/1993
03	Sindicato das Cooperativas de Ensino do Estado de São Paulo – SINCOOESP – SP	21/02/1994
04	Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Rio de Janeiro – OCB/RJ	13/07/1994
05	Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado do Tocantins – OCB/TO	21/07/1994
06	Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Mato Grosso do Sul – OCB/MS	21/07/1994
07	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina – OCESC	21/07/1994
08	Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Mato Grosso – OCB/MT	05/01/1995

09	Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Espírito Santo – OCB/ES	21/02/1995
10	Sindicato e Organização das Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo de Médicos – SINACRED	28/11/1995
11	Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Goiás – OCB/GO	05/11/1996
12	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR	15/01/1997
13	Sindicato e Organização das Cooperativas do Distrito Federal – OCDF	15/08/2000
14	Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Rondônia – OCB/RO	24/10/2000
15	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Paraíba – OCB/PB	17/01/2001
16	Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado do Ceará – OCB/CE	13/02/2001
17	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Pará – OCB/PA	13/02/2001
18	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais- OCEMG	20/04/2001
19	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia – OCEB	25/05/2001
20	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Norte – OCB/RN	08/06/2001
21	Sindicato e Organização das Cooperativas em Pernambuco – OCB/PE	12/07/2001
22	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Amapá – OCB/AP	12/07/2001
23	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Alagoas – OCB/AL	28/07/2001
24	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – OCERGS	13/08/2001
25	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Amazonas – OCB/AM	14/08/2001
26	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão – OCEMA	14/11/2001
27	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Piauí- OCEPI	14/11/2001
28	Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileira no Estado de Roraima – OCB/RR	10/10/2002
29	SINDCOOPHAB-RJ – Sindicato das Cooperativas Habitacionais do Estado do Rio de Janeiro	24/02/2003
30	Sindicato das Cooperativas de Transporte do Estado do Paraná –	30/12/2004

	SINCOOPAR TRANSPORTE	
31	Sindicato das Cooperativas Agrícolas, Agropecuárias e Agroindustriais da Região Sudoeste do Paraná (SINCOPAR SUDOESTE)	30/12/2004
32	Sindicato das Cooperativas Agrícolas, Agropecuárias e Agroindustriais da Região Norte do Paraná – (SINCOPAR NORTE)	30/12/2004
33	Sindicato das Cooperativas Agrícolas, Agropecuárias e Agroindustriais do Noroeste do Paraná (SINCOOPAR NOROESTE)	30/12/2004
34	Sindicato das Cooperativas Agrícolas, Agropecuárias e Agroindustriais da Região Oeste do Paraná (SINCOOPAR OESTE)	30/12/2004
35	Sindicato das Cooperativas Agrícolas, Agropecuárias e Agroindustriais da Região Centro Sul do Paraná (SINCOOPAR CENTRO SUL)	30/12/2004
36	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Sergipe – OCESE	17/03/2005
37	Sindicato das Cooperativas de Saúde do Estado do Paraná – (SINCOOPAR SAÚDE)	07/04/2005
38	Sindicato das Cooperativas de Saúde do Estado do Rio de Janeiro – SINDCOOPSAÚDE-RJ	05/01/2004
39	Sindicato Nacional das Cooperativas de Serviços Médicos – SINCOOMED	10/08/1989
40	FETRABALHO/RJ – Sindicato das Cooperativas de Trabalho do Estado do Rio de Janeiro	07/10/2002
41	Sindicato das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Rio de Janeiro – SINDCOOPRAGRO-RJ	17/01/2003
42	Sindicato das Cooperativas de Crédito do Estado do Paraná (SINCOOPAR CRÉDITO) – PR	07/01/2004
43	SINDCOOPCRED – Sindicato das Cooperativas de Crédito do Estado do Rio de Janeiro	14/05/2004
44	Sindicato das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – SINDICRESP	10/09/2004
45	Sindicato das Cooperativas de Infraestrutura do Estado de São Paulo – SINDICRESP	10/09/2004
46	Sindicato das Cooperativas de Consumo do Estado de São Paulo – SINCONSUMO	10/09/2004
47	Sindicato das Cooperativas de Transporte Público de Passageiros do Município do Rio de Janeiro – RJ – SINDTRANSRIO	03/05/2006
48	SINCOADA – Sindicato das Cooperativas Agropecuárias de Adamantina – SP	31/07/2008
49	SINCOMOTA – Sindicato das Cooperativas Agropecuárias de Cândido Mota – SP	08/01/2009

50	SINCOOPROD – Sindicato das Cooperativas de Produção do Estado de São Paulo	12/07/2012
----	--	------------

O Sistema conta hoje com seis federações sindicais, sendo que quatro delas de âmbito interestadual e duas de abrangência estadual. São elas:

51	Federação dos Sindicatos e Organizações das Cooperativas dos Estados da Região Nordeste – FECOOP/NE	31/08/2004
52	Federação dos Sindicatos das Cooperativas do DF e dos Estados de GO, MT, MS e TO – FECOOP CENTRO-OESTE e TOCANTINS	22/11/2004
53	Federação dos Sindicatos das Cooperativas dos Estados de AL, BA, ES, MG e SC – FECOOP/SULENE	04/01/2005
54	Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – FECOOPAR	28/04/2006
55	Federação dos Sindicatos e Organizações das Cooperativas da Região Norte – FECOOP/NORTE	28/01/2010
56	Federação dos Sindicatos das Cooperativas do Estado de São Paulo – FESCOOP/SP	14/07/2010

O Sistema, por fim, conta com a sua confederação:

57	Confederação Nacional das Cooperativas – CNCOOP	21/7/2005
----	---	-----------

NB: Sugere-se a atualização deste quadro, pela OCB, pelo SESCOOP e pela CNCOOP no dia 31 de março de cada ano.

Entidades de Apoio Apresentação

Há entidades que apóiam o Sistema Cooperativista Brasileiro em âmbito nacional, com destaque às seguintes:

3.10 Surgimento da Frencoop

Levantar a bandeira do cooperativismo junto aos atores políticos e à opinião pública, inserindo os interesses do Sistema OCB na deliberação de proposições no Congresso Nacional e no processo de formulação de normativos e de políticas públicas do Governo. Estes são os principais objetivos da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), bancada formada por deputados federais e senadores, independentemente do Estado de origem ou filiação partidária.

Instalada pela primeira vez em 1986, a Frencoop está em evidência no Poder Legislativo desde a

Constituinte, período em que inseriu a criação de cooperativas e sua autogestão entre os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos brasileiros, conforme dispõe o art. 5º da Constituição Federal de 1988.

Contribuindo diretamente para esse processo, o Sistema OCB trabalha sistematicamente para acionar os integrantes da Frencoop em momentos-chave do processo político, sendo esta atuação focada em ações pontuais e de impacto macro, de modo a potencializar a atuação exercida pelo Sistema OCB nas comissões e nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como na inserção do cooperativismo entre as prioridades da agenda de decisões governamentais.

O sucesso da Frencoop no Congresso tem incentivado a criação de frentes parlamentares nas assembleias legislativas dos Estados, constituídas por Deputados Estaduais, e nas câmaras de vereadores em municípios de todo o Brasil.

3.11 Dados da Frencoop em 2013

Funções: Levantar a bandeira do cooperativismo junto aos atores políticos e à opinião pública, inserindo os interesses do Sistema OCB na deliberação de proposições no Congresso Nacional e no processo de formulação de normativos e de políticas públicas do Governo.

Público representado: Em parceria com o Sistema OCB, a Frencoop Nacional atualmente conta com 203 deputados e 30 senadores, que representam os interesses de mais de 10 milhões de associados no Brasil. Hoje existem 12 Frencoops Estaduais, espalhadas por quatro regiões brasileiras.

Eventos e programas: A Frencoop Nacional possui uma agenda periódica de reuniões de sua Diretoria, que se reúne na sede da OCB, em Brasília, para discutir os pleitos prioritários do cooperativismo no Congresso. Além disso, os eventos institucionais realizados pelo Sistema OCB contam sempre com presença significativa dos parlamentares da Frencoop, como observado na sessão solene de comemoração ao Dia Internacional do Cooperativismo, realizada anualmente no Congresso Nacional, e no Lançamento da Agenda legislativa do Cooperativismo.

Fonte: GERIN, da OCB, em 4 de março de 2013.

Observação: Sugere-se a atualização deste quadro, pela Frencoop, até o dia 31 de março de cada ano.

3.12 Surgimento do Denacoop

O Departamento Nacional de Cooperativismo e Associativismo – Denacoop, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, em Brasília (DF), foi criado pelo Decreto nº. 99.621, de 18/10/1990, para apoiar, fomentar e promover o cooperativismo e o associativismo rural.

Funções:

- a) Fomentar e promover o Cooperativismo e o Associativismo Rural;
- b) Financiar projetos de Cooperativismo e Associativismo Rural; e

c) Tratar do Cooperativismo Brasileiro com outros países, em âmbito estatal.

Observação: A partir daqui cada Estado vai elaborar o seu texto específico.

Segue abaixo o texto do Cooperativismo em Mato Grosso do Sul, servindo de modelo para os demais Estados.

1. O Cooperativismo em Mato Grosso do Sul

4.1 Surgimento da OCB/MS

A OCB/MS – Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Mato Grosso do Sul, entidade sindical patronal, sem fins lucrativos, filiada à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, é o órgão representativo do Sistema Cooperativista Sulmatogrossense, é órgão técnico consultivo do governo. Foi constituída no dia 07 de junho de 1979.

4.2 Dados do Cooperativismo do MS, por Ramo, em 2014

Ramos	Cooperativas	%	Associados	%	Empregados	%
Agropecuário	53	53,00	14.796	10,82	3.555	63,48
Consumo	1	1,00	27	0,02	8	0,14
Crédito	10	10,00	111.589	81,64	778	13,89
Educacional	1	1,00	30	0,02	1	0,02
Especial	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Habitacional	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Infraestrutura	5	5,00	6.393	4,68	202	3,61
Mineral	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Produção	3	3,00	75	0,05	1	0,02
Saúde	14	14,00	2.538	1,86	995	17,77
Trabalho	2	2,00	556	0,41	5	0,09
Transporte	10	10,00	660	0,48	55	0,98
Turismo e Lazer	1	1,00	21	0,02	0	0,00
TOTAIS:	100	100	136.685	100	5.600	100

Fonte: OCB/Sescoop-MS em 31/03/14.

Observação: A partir daqui cada Confederação de Cooperativas vai elaborar o seu texto específico.

1. Confederações

Em Mato Grosso do Sul não há confederações de cooperativas.

Observação: A partir daqui cada Federação de Cooperativas vai elaborar o seu texto específico.

1. Federações

Em Mato Grosso do Sul existem duas federações de cooperativas: Fecoerms – Federação das Cooperativas de Infraestrutura e Federação das Unimed's.

Observação: A partir daqui cada Central de cooperativas vai elaborar o seu texto específico.

1. Centrais

Em Mato Grosso do Sul existem duas centrais de cooperativas: Sicredi Central Brasil Central e Aurora (filial em São Gabriel do Oeste).

Observação: A partir daqui cada Cooperativa vai elaborar o seu texto específico.

1. Cooperativa...

A relação completa das cooperativas do MS encontra-se no site www.ocbms.org.br.

Cabe a cada cooperativa singular elaborar os itens abaixo.

- 1. Histórico da Cooperativa**
- 2. Estrutura Administrativa**
- 3. Portfólio de Serviços**
- 4. Dados da Cooperativa** (número de associados, de empregados, de produção, de serviços prestados etc.)
- 5. Forma de Organização do Quadro Social** (se houver)
- 6. Planejamento Estratégico** (se houver)
- 7. Outros assuntos do interesse do quadro social**
(Inclusive se a cooperativa está vinculada ao Sistema OCB ou outra entidade de representação).

Observação: A partir daqui cada associado, que quiser, pode acrescentar a sua história no Sistema Cooperativista.

Convém cada associado acrescentar, no fim deste texto, a sua própria história, com a data em que se associou na cooperativa, seu número de matrícula, o número de quotas-partes subscritas e integralizadas, os cargos que já ocupou e demais dados que julgar importantes. Assim ele se sentirá dono do Sistema Cooperativista.

OBSERVAÇÕES:

- Depois que a OCE fizer a sua parte, acrescenta-se o texto e os dados das confederações, federações, centrais e cooperativas singulares do respectivo Estado, de modo que o associado tenha uma visão global do Sistema Cooperativista. Portanto, convém que este texto chegue ao quadro social de todas as cooperativas.

2. Enquanto a OCE não fizer a sua parte, as demais entidades filiadas já podem elaborar o seu texto e atualizar os seus dados, para acrescentá-los no momento oportuno, seguindo a sequência acima descrita.

[1] Fonte INAES

[2] Fonte *CONFECOOP*

[3] Fonte NCBA